

# PEC da Blindagem: o alerta continua



» ÁUREO CISNEIROS  
Diretor da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (Cobrapol) e presidente do Sinpol-PE

Brasil viveu, nos últimos dias, um dos episódios mais graves da sua história recente. A chamada PEC da Blindagem, que buscava proteger políticos de investigações e processos, foi rejeitada pelo Senado Federal. A decisão trouxe alívio momentâneo e mostrou que, quando há pressão da sociedade, ainda é possível evitar retrocessos. Mas o risco não terminou. A simples existência dessa proposta e o fato de ela ter avançado até a votação é um sinal de alerta que não pode ser ignorado.

A PEC derrotada era um escudo feito sob medida para beneficiar criminosos infiltrados na política. Se tivesse sido aprovada, abriria caminho para que organizações como o PCC e o Comando Vermelho egresssem seus representantes com a garantia de foro privilegiado e imunidade contra a Justiça. Seria a legalização da impunidade e a institucionalização do crime dentro do parlamento — um ataque direto à democracia.

Ainda que rejeitada, a tentativa mostra a disposição de parte expressiva da classe política em se alinhar a interesses sombrios. Não se tratava apenas de autoproteção de parlamentares, mas da abertura de um novo canal de poder para o crime organizado. Um retrocesso de proporções históricas, que poderia ter colocado em risco o próprio equilíbrio do Estado. Enquanto isso, a vida real seguia dura. Nas

periferias, mães choram filhos assassinados, trabalhadores enfrentam ônibus assaltados, comerciantes fecham as portas com medo da violência. Essa é a realidade que deveria estar no centro da agenda do Congresso Nacional. Mas, em vez de debater soluções concretas para a segurança pública, parte dos parlamentares escolheu defender a si mesma, em um gesto que escancara a distância entre Brasília e o povo.

A rejeição da PEC não apaga essa contradição. Pelo contrário: reforça a percepção de que grande parte do parlamento está mais preocupada em se blindar do que em oferecer respostas às dores diárias da sociedade. O resultado é a consolidação de uma democracia desconectada do cotidiano de milhões de brasileiros, que pagam impostos altos, mas não têm o mínimo de segurança para viver em paz.

Se a proposta tivesse sido aprovada, o custo seria alto demais. Blindar políticos criminosos significaria mais violência nas ruas, mais corrupção nos cofres públicos e menos recursos destinados a saúde, educação e segurança. Na prática, seria condenar milhões de brasileiros a viverem em um país ainda mais desigual e dominado pelo medo. Seria também legitimar o desvio de recursos para facções, fortalecendo redes criminosas em vez de proteger famílias.

O resultado da votação revelou, com clareza, quem está de que lado. Deputados que sempre discursaram em defesa da segurança pública — inclusive parte da chamada bancada da bala — não hesitaram em apoiar uma proposta que daria ao crime organizado um escudo de luxo. Da mesma forma, parlamentares que se apresentam como guardiões da moral cristã, mas que votaram a favor da PEC, revelaram incoerência gritante. A máscara caiu. O eleitor agora sabe quem esteve disposto a legislar em favor do crime e deve se

lembrar desses nomes no próximo pleito.

É verdade que a rejeição no Senado representou uma vitória. Mas é preciso reconhecer que, quando uma tentativa de blindagem avança tanto, o sistema político já está em risco. A democracia não pode se dar ao luxo de respirar aliviada e seguir como se nada tivesse acontecido. A pressão das facções e de grupos poderosos para garantir impunidade continuará. E só uma sociedade mobilizada pode impedir que o retrocesso retorne em novas versões, com novas roupagens.

Essa vitória foi possível graças à reação popular: manifestações nas redes sociais, pressão sobre parlamentares e um grito coletivo contra o absurdo. É a prova de que a mobilização funciona. Mas também é um lembrete de que não basta se indignar uma vez. É necessário permanecer ativo, atento e vigilante. A história registra: democracia não se defende em um dia, mas todos os dias.

A segurança pública é, hoje, a principal preocupação do povo brasileiro. O recado das ruas e das redes foi claro: não aceitamos retrocessos, não aceitamos blindagem para corruptos e criminosos. O que queremos é investimento em investigação, polícia moderna, tecnologia, inteligência e leis que punam corruptos e criminosos sem distinção. O Brasil precisa, sim, de uma blindagem — mas é a que protege o cidadão de bem, e não aquela que cria escudos para facções infiltradas na política.

A PEC da Blindagem foi rejeitada, mas não podemos esquecer que ela existiu. Foi a maior tentativa de institucionalizar a impunidade no Brasil. Que essa derrota no Senado se torne também uma lição permanente: quando o povo se cala, o crime avança. Quando o povo reage, a democracia resiste.

## Sai a política e entra a diplomacia



» ROBERTO MATEUS ORDINE  
Presidente da Associação Comercial de São Paulo

Brasil está vivendo uma tempestade de acontecimentos negativos que têm impactado diretamente os negócios. A começar pela discussão com os Estados Unidos, importante parceiro comercial em diversos setores da nossa economia. Sabemos, desde cedo, que brigar com quem pode mais não levará a lugar algum. E, como um país de terceiro mundo em desenvolvimento e com fragilidades a serem superadas, precisamos, sobretudo, ter bom senso também nas dificuldades, quiçá em momentos de crise como o que estamos vivendo.

O tarifaço ao Brasil, imposto pelo presidente americano Donald Trump, é um exemplo real da falta de trato nas negociações. Falta ao Brasil habilidade política e comercial. Por mais injustas que sejam as sanções e, principalmente, a forma, misturando política e negócios, é necessário separar as questões e buscar negociar as tarifas no plano comercial, de forma que gerem menos impactos na economia brasileira. Não se pode misturar ideologias com negócios, ser racional nessas relações é essencial. Caso contrário, os resultados são esses que estamos presenciando de mãos atadas e assistindo ao declínio do país em meio a uma negociação comercial com o gigante Estados Unidos.

Agora, mais do que nunca, a diplomacia precisa entrar em cena. É com ela na mesa de negociações que protegeremos os empregos e as pequenas e médias empresas, mitigando os impactos do tarifaço sobre os brasileiros. Negociar concessões de ambos os lados, independentemente de quem está no poder, oferece um campo amplo para comercializações.

É preciso pensar nas pequenas e médias empresas, na economia e nos impactos sobre a população e procurar reduzir os danos. Negociar concessões de ambos os lados, independentemente de quem está no poder, oferece um campo amplo para comercializações. Essas barreiras comerciais afetam a todos, e a população é quem vai pagar a conta, ainda mais cara.

Equilíbrio é a chave. Relações internacionais não podem ser comprometidas por questões políticas e ideológicas. Independentemente de quem está no poder, saber se relacionar é criar um diálogo de cooperação entre as partes.

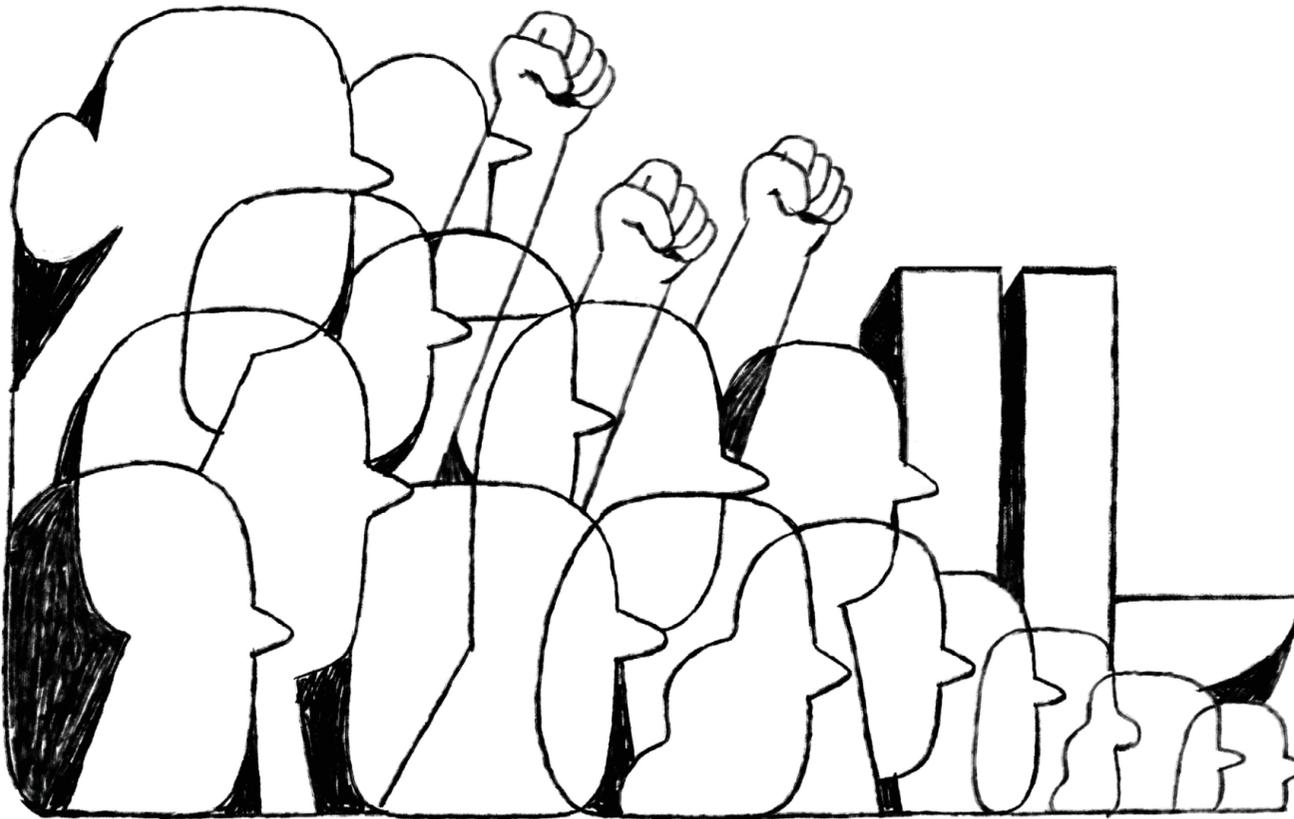
Recentemente, um relatório do Economic Highlights, divulgado por um grande banco brasileiro, revelou que a decisão de Donald Trump em aumentar em 50% as tarifas sobre importações brasileiras deveria causar a redução de US\$ 15 bilhões (0,6% do PIB) das exportações brasileiras, representando uma perda de US\$ 13,6 bilhões, quando comparado com a tarifa anunciada anteriormente, que seria de 10%. Esses números comprovam como a falta de diálogo e diplomacia pode comprometer as relações comerciais de nações e trazer prejuízos para a balança comercial brasileira.

E a única saída que vejo para reverter essa situação é um diálogo diplomático com o presidente americano. Diplomacia é a palavra-chave para essa negociação e um meio para tirar o Brasil dessa crise. Sai a política e entra a diplomacia. Afinal, um chefe de Estado não tem lado, não tem partido, não defende outros políticos e, muito menos, interesses pessoais, ele age com circunspeção e destreza. Sua posição requer habilidade e sensatez para administrar conflitos e preservar os interesses do país.

Diversos setores brasileiros têm se manifestado por meio de cartas oficiais ao presidente americano pedindo que determinados produtos sejam excluídos da lista. Entre alguns dos produtos mais atingidos pelo tarifaço, estão o café, a carne, a madeira, os pescados, as frutas e equipamentos para a construção civil. Muitos negócios estão enfrentando a alta dos juros, e a insegurança jurídica tem prevalecido. Não só isso, empregos também estão em risco pela falta de diplomacia do governo brasileiro. O Brasil perde competitividade, os pequenos e médios empresários têm seus negócios fadados, e a população perde sua renda.

Está cada vez mais inviável sustentar um negócio no Brasil. Como sociedade, só estamos assistindo a empresas indo embora, fechando suas operações e deixando órfãos os trabalhadores brasileiros. Precisamos nos unir para que o governo brasileiro se posicione como um estadista em defesa do país.

As autoridades brasileiras precisam assumir o leme e defender os interesses comerciais do Brasil. A polarização política no Brasil, assim como em outros países, sempre vai existir. Entretanto, a diplomacia é universal e deve ser conduzida com coerência e habilidade. Somente dessa forma, é possível construir relações estáveis sem que haja prejuízos comerciais e econômicos.



G O M E Z

## Adolescências em foco: o direito à saúde integral e integrada é agora



» JOAQUIN GONZALEZ-ALEMAN  
Representante do Unicef no Brasil

» CRISTIAN MORALES FUHRMANN  
Representante da OPAS/OMS no Brasil

Brasil tem hoje mais adolescentes do que crianças. Segundo o último Censo, a população entre 10 e 19 anos supera a de 0 a 9 anos. Esse dado, por si só, já nos convida à reflexão — e à ação. O presente e o futuro do país estão sendo moldados agora, nas múltiplas vivências, desafios e potências das adolescências.

A realidade vai além dos números. No Brasil, a adolescência é marcada por experiências diversas — e desiguais. Local de moradia, cor da pele, gênero, orientação sexual ou deficiência podem definir acessos e riscos distintos à saúde, à proteção e à informação. Uma menina negra da periferia, um jovem indígena, uma adolescente LGBTQIA+ ou um menino quilombola enfrenta realidades muito diferentes. É preciso falar em adolescências, no plural, e garantir saúde com equidade, reconhecendo essa diversidade.

O retrato atual exige atenção. Todos os anos, cerca de 289 mil crianças nascem de adolescentes entre 15 e 19 anos, geralmente em contextos de baixa renda e escolaridade. A gravidez na adolescência afeta trajetórias educacionais e profissionais. Entre 2013 e 2023, mais de 90 mil adolescentes morreram de forma violenta, 83% vítimas de armas de fogo, em sua maioria, meninos negros. Acidentes de trânsito são a segunda causa de morte e também deixam milhares com incapacidades permanentes.

A saúde mental desponta como preocupação central: um em cada seis adolescentes vive algum nível de sofrimento psíquico. Já a obesidade cresce: em um em cada cinco adolescentes entre 15 e 17 anos está com excesso de peso — cerca de 1,8 milhão de jovens com risco futuro de doenças crônicas.

Por que investir na saúde de adolescentes? Porque é um direito previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa fase é crítica para o desenvolvimento físico, mental e social, quando hábitos e identidades são construídos. É também uma janela de oportunidade: investir hoje significa prevenir doenças, interromper ciclos de desigualdade e fortalecer economias. Cada ação em saúde gera impactos no presente, no futuro desses jovens e nas próximas gerações.

O que estamos fazendo no Brasil? Em 2025, celebramos os 35 anos do ECA, marco histórico na proteção de direitos, e o Brasil tornou-se o primeiro país da América Latina a aprovar legislação específica para enfrentar riscos digitais e seus impactos na saúde

mental: o ECA Digital (Lei 15.211/2025).

Avançamos também na produção de evidências, como a iniciativa Indicadores Gama (Ação Global para monitorar a saúde e o bem-estar de adolescentes), parceria entre Ministério da Saúde, Opas/OMS e Unicef, que apoia políticas intersetoriais. Entre as ações em curso, estão: a retomada da caderneta de saúde do adolescente em versão digital; o fortalecimento da alimentação escolar, referência mundial pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar; o esforço para recuperar altas coberturas vacinais, priorizando adolescentes com estratégias em escolas; e a qualificação dos serviços de atenção primária, tornando unidades básicas cada vez mais amigáveis às adolescências.

O que ainda precisa ser feito? Avançar na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens, com diretrizes contextualizadas ao Brasil, baseadas em objetivos, metas e estratégias concretas. Para isso, é essencial consolidar a gestão intersetorial — unindo educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e justiça. Políticas eficazes dependem de governança compartilhada, participação ativa dos adolescentes e monitoramento contínuo.

Celebrar o Dia Nacional da Saúde de Adolescentes e Jovens, no último 22 de setembro, é reconhecer a potência dessa fase da vida, mas também nossa responsabilidade coletiva de a proteger. Reforçamos o compromisso com uma abordagem integral, inclusiva e equitativa. Cuidar da saúde dos adolescentes é cuidar do presente e do futuro do Brasil.